



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**  
**Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social - fundamentos**

### AS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS NO RASTRO DO CORONAVÍRUS

ROSANGELA NAIR DE CARVALHO BARBOSA <sup>1</sup>

**Resumo:** O texto focaliza aspectos teóricos elucidativos sobre a natureza da crise do capital e a relação com a contração econômica e social provocada pela emergência sanitária da pandemia da Covid-19. Para tanto, apresentamos categorias centrais do marxismo para problematizar o avanço do capital sobre regiões antes protegidas, desestruturando ecossistemas com consequências de alto alcance em razão da mundialização do fluxo de mercadorias e pessoas. Resulta disso, a maior instabilidade social na medida em que se aprofunda os destroços do capital em seu movimento autoexpansivo, no contexto da crise estrutural aberta nos anos de 1970.

**Palavras-Chaves:** Pandemia; Crise do Capital; Determinações Sociais da Covid-19; Valor e Ecossistemas; Trabalho.

**Abstract:** The text focuses on elucidating theoretical aspects about the nature of the capital crisis and the relationship with the economic and social contraction caused by the health emergency of the Covid-19 pandemic. To this end, we present categories of Marxism to problematize the advance of capital over previously protected regions, disrupting ecosystems with far-reaching consequences due to the globalization of the flow of goods and people. This results in greater social instability as the wreckage of capital deepens in its expanding movement, in the context of the structural crisis that opened in the 1970s.

**Keywords:** Pandemic; Capital Crises; Social Determinations of Covid-19; Value and Ecosystems; Labor.

#### 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar reflexão sobre a natureza social da crise sanitária

---

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

---

da Covid-19, iniciada em 2020 e a sua emergência no contexto de uma crise maior do modo de produção capitalista. Para esse movimento de análise pretende-se relacionar a dinâmica autoexpansiva do capital como detonadora de doenças agressivas e pandêmicas, problematizando os determinantes fundamentais situados na crise estrutural do capital iniciada na década de 1970.

Como se sabe, a Covid-19 (*Coronavirus Disease 2019*) é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), identificado pela primeira vez em seres humanos em dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, com rápido alastramento no mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a Covid-19 como doença pandêmica, a partir de março de 2020, e, até hoje estamos sem controle absoluto de sua disseminação. Dada a gravidade do evento sobre a *questão social* consideramos elucidativo tomar a pandemia no âmbito da crítica da economia política, e não, meramente, como um adoecimento de alto contágio determinado biologicamente. Ao fundo, significa a pandemia sendo compreendida como um evento das contradições da relação homem-natureza no capitalismo, na dinâmica autoexpansiva do valor.

De forma a conduzir essa reflexão, o texto se inicia com a apresentação das linhas mestras da relação entre a crise do capital e a pandemia. Em seguida, o texto complementa as referências fundamentais sobre a crítica da economia política da pandemia da Covid-19, situando o evento sanitário como parte das relações sociais capitalistas e uma faísca sobre a *brasa quente* da depressão econômica, que transcorria anteriormente. Finalmente, o terceiro item apresenta rápida problematização sobre o Estado capitalista no contexto pandêmico, sinalizando os fundamentos de sua atuação. No desfecho do texto são apresentadas algumas considerações finais.

## **2. AS CRISES DA CRISE**

A pandemia da Covid-19 caracteriza-se como uma crise sanitária no coração de uma crise ambiental que merece maior atenção dos estudos críticos por ser um episódio disruptivo no contexto de um perene quadro econômico depressivo e ambientalmente destrutivo, que se expressa na dinâmica maior da crise estrutural do capital, desde os anos de 1970.

Entendemos que a crise do capital a partir desses anos decorre do comprometimento da manutenção da reprodução em escala ampliada das taxas de acumulação, findando a “onda

longa expansiva” que prevaleceu entre o pós-Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, quando foram acentuadas as contradições do sociometabolismo do capital. É na esteira destes limites que se dá a reconfiguração do padrão de acumulação capitalista, na transição do século XX ao XXI, com a reestruturação da produção e dos processos de trabalho. A lei tendencial da taxa de lucros exposta no livro III de O Capital (MARX, 2008) mostra que fases de ondas longas de ascensão da reprodução do capital são seguidas de estabilidade e queda da taxa média de lucro, em decorrência da expansão e enfraquecimento das forças produtivas. O crescimento vigoroso envolve adversidades amenas, mas o padrão de organização produtiva e do trabalho é mantido, como ocorreu entre os anos do Pós-Segunda Guerra e o final dos anos de 1960. Por sua vez, os fatores detonadores do ciclo descendente são variados, levando Mandel (1982) a considerar o evento da crise como multicausal e Mészáros (2012; 2021) a acentuar isso quando observa que se esgotam as capacidades de lidar com as possibilidades integrativas da *sociedade do trabalho*, abrindo a crise estrutural.

Para melhor esclarecer a referência da reflexão sobre esse processo de ruínas, especificamos que a crise tem uma complexidade inusitada, de magnitude econômica, social e ambiental não vista até então. Trata-se de uma crise complexa que brota, de um lado, do aprofundamento da contradição entre fraqueza da acumulação - por força da taxa decrescente de lucro -, porque a substância do valor é insuficiente para remunerar o capital disponível, que foi avolumado no pós-Segunda Guerra Mundial. De outro lado, essa limitação associa-se à contradição entre a mundialização das forças produtivas e a arena política nacional, que tensiona as possibilidades de ação regulatória sobre o movimento do capital. Mas, também da contradição entre as condições da produção e a civilização humana, abrindo um tempo de agressivo barbarismo no que devemos incluir a contradição da produção de mais-valor pela força de trabalho subsumida ao capital e a insegurança de sua própria reprodução. Compreende-se que essas contradições abrem um novo tempo de barbárie, por conta da lógica do valor e da instabilidade da realização da acumulação que é a *alma mater* da sociedade capitalista.

E, o barbarismo deflagrado há mais de quarenta anos absorve a pandemia, tingindo essas condições anteriores com novas marcas de desigualdade, exploração e expropriação social. A experiência dos últimos três anos no trato da pandemia indicia densas consequências para a maior fragilização das condições de vida dos trabalhadores como mostram os indicadores sobre rendimento do trabalho, desemprego, fome e concentração

de rendas (OXFAM, 2022). A referida tragédia sanitária detona o aprofundamento das expressões alarmantes da *questão social*, como a precarização do trabalho, o desemprego e o empobrecimento (OXFAM, 2022), tensionando a *hiper* austeridade neoliberal, que já estava em curso, por conta do impulso advindo da lógica do capital por valorização (BOTELHO, 2020).

Ao mesmo tempo, a pandemia não pode ser considerada como deflagradora da crise econômica pelas medidas sanitárias de desaceleração da dinâmica produtiva e de circulação. Ainda que ela seja um ingrediente importante (CHESNAIS, 2020), de partida, é preciso considerar que a crise do capital já estava instalada como parte das contradições estruturais do capitalismo e da insuficiência das respostas neoliberais, desde os anos de 1970. Essa reparação crítica é fundamental porque o repertório liberal invoca que os apuros econômicos resultam de motivos externos ao livre mercado, indicando que as causas são indiferentes à lógica do modo de produção.

Os estudos críticos das crises capitalistas já demonstraram que os argumentos liberais sobre os episódios de adversidades econômicas, como a *ponto.com* em 2000, a do *subprime* de 2008 ou mesmo a crise de 1929, resumem-se, para os liberais, a interferências externas na livre circulação, por meio de fatores exteriores ao movimento das mercadorias, incluindo o fenômeno da natureza e as regulações públicas à *liberdade* (BARBOSA, 2018; BARBOSA, 2021). Esse é o argumento repetido agora no evento da pandemia da Covid-19, ao relacionarem os dilemas econômicos e sociais à circulação de mercadorias que foi travada pelas ações sanitárias de contenção do contágio.

Mas, ao contrário, a tendência estrutural sistêmica às crises e a própria crise estrutural pós-1970 demonstram a inconsistência do dogma liberal sobre os limites da liberdade de mercado. A isso devemos dedicar atenção.

Como analisa Marx, a crise é imanente à dinâmica da reprodução ampliada do capital por conta, por exemplo, da elevação reiterada da produtividade do trabalho. A lógica da *Grande Indústria* expressa o método do capital para isso, com a substituição de parte do trabalho vivo pelo trabalho morto, no conhecido processo do mais-valor relativo que muda a divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente no âmbito da jornada de trabalho. Essa manobra proporciona que o mais-valor seja ampliado dominando-se a barreira política e legislativa do teto da jornada de trabalho através da potencialização tecnológica da produtividade que eleva o trabalho excedente ao diminuir o tempo de trabalho necessário à cobertura da reprodução da força de trabalho. Em contraface o desenvolvimento das forças

produtivas cria novas barreiras à valorização do valor, na medida em que a substância do capital é reduzida, porque o trabalho abstrato se torna menor com o aumento da produtividade, diminuindo a massa de mais-valor. Assim, a própria busca da valorização do valor, contraditoriamente, é bloqueada; e, também não é possível voltar aos velhos tempos da máquina à vapor, dada a natureza expansionista do capital enquanto tal (MARX, 2008).

Diante disso, evidencia-se que o capital como contradição em processo busca reduzir o tempo de trabalho ao passo que põe o tempo dos trabalhadores como medida de todas as coisas (MARX, 2011). O impasse hodierno é que a universalização do capital como modo de vida ampliou a competitividade por valor, exaurindo chances de mercado, ao passo que os novos ramos de negócios iniciam-se com alta composição tecnológica e, portanto, com menos trabalho humano vivo. Esse estágio que coloca limitações à valorização do valor abre o tempo de aprofundamento das perversidades sociais, descolando a lucratividade de formas estáveis de trabalho para acesso a renda e para mediação das relações sociais como existiu até os anos de 1970.

Nesse sentido, o capital, contraditoriamente, demanda e nega a fonte de valor, o que transforma parte expressiva dos trabalhadores em desempregados ou subocupados que se submetem a toda sorte de precariedade para acessar dinheiro ou minguados programas compensatórios de reprodução social. Mas, essa crise de substancialização do capital não extingue *per se* a forma social capitalista, mas provoca o aprofundamento das alternativas fetichizadas de aparente valorização financeira por meio do capital fictício, que de fato é uma antecipação de mais-valor não existente, ou melhor uma simulação sustentada em ampla liquidez especulativa, sem lastro visível de valor.

A forma decadente de sociabilidade, aberta por esses limites do valor, a partir dos anos de 1970, embasa as erosões sociais expressas na precariedade do trabalho e das condições de vida. A inutilidade relativa da força de trabalho é o negativo da forma-valor. Não a sua extinção. A dinâmica do valor anacroniza com a realidade e em contraste se reproduz como barbarismo e decadência social. Ampliação da instabilidade e expurgo do trabalho se somam à pilhagem da proteção social pública desse ciclo neoliberal, na medida em que o fundo público vira oportunidade de alavancagem de novos espaços de negócio, portanto, a desresponsabilização do Estado com medidas de proteção social que eram antes, medidas sociais de apaziguamento dos conflitos de classes, durante o ciclo fordista do capital. Nesse sentido, a pilhagem do trabalho abre uma crise econômica e, também, da sociabilidade do capital, restando, assim, a gestão social de ruínas por meio de programas compensatórios residuais e da militarização, como suprassumo da gestão por violências. A reprodução

ampliada dessa sociedade fraticida é parte da totalidade da forma-valor em crise.

Portanto, a crise estrutural do capital como uma dinâmica imanente à sociabilidade capitalista tem se manifestado agressivamente no bojo de um longo ciclo depressivo de novo tipo, nos últimos anos. Por isso, também compreendemos a crise provocada pela pandemia como um evento-sintomático-aditivo e não a causa isolada dos indicadores sociais alarmantes de desemprego e empobrecimento, nem mesmo da forte flexibilização do trabalho, com efeitos de aprofundamento da precarização laboral, nos últimos anos (ANTUNES, 2018; 2022; POCHMANN, 2021)<sup>2</sup>.

### **3-O MODO DE VIDA CAPITALISTA COMO PROVOCADOR DE ADOECIMENTOS DE RÁPIDA DISSEMINAÇÃO**

Na medida em que a dinâmica ascendente da economia capitalista expressa a lógica interna da acumulação sem fim, por valor, através do trabalho, precisamos evidenciar que o capital não tem limites para isso, se apropriar inclusive fartamente dos recursos naturais para isso. E, nesse metabolismo os problemas de circulação são resultados da exigência de exploração do trabalho; ou seja, de viabilizar mais trabalho para sustentar o sistema em dinâmica lucrativa, mais riqueza para a circulação e maior aparato para fazer fluir essa riqueza (MARX, 2005; GRESPAN, 2012). Nesse diapasão, verificamos que não é uma página em branco nos *anais* da história os adoecimentos infecciosos de rápida disseminação, inclusive, alguns com ciclos repetidos por séculos, de modo que o episódio de alerta sanitário global dessa segunda década do século XXI não era algo desconhecido

---

<sup>2</sup>As determinações da flexibilização do trabalho, como se sabe, estão demarcadas no processo de ampla reorganização produtiva do capital, envolvendo novas práticas de gestão e controle da força de trabalho, por meio da incorporação de estratégias flexíveis identificadas com a lição toyotista de terceirização e desregulamentação do trabalho, para dinamizar a competitividade de capitais por meio do rebaixamento do valor da força de trabalho. Isso provoca a flexibilização das relações de trabalho, resultando em transformações mundiais de padrões de organização e gestão da força de trabalho, com ênfase na intensificação do processo de precarização laboral. Desde então o chamado trabalho precário ganhou bastante expressão nas investigações sobre o tema, como signo da flexibilização moderna do trabalho, reconfigurando práticas precarizantes já existentes no mercado de trabalho do capitalismo dependente, como o brasileiro (ANTUNES, 2018; POCHMANN, 2021). Por isso, vemos no Brasil e no mundo a reafirmação moderna do arcaísmo das relações e condições de trabalho, com o fortalecimento da instabilidade e insegurança de renda e contrato, adaptabilidade e fragmentação dos coletivos de trabalhadores e pela destituição do conteúdo de integração social pelo trabalho na sociedade capitalista. Essa condição torna-se hegemônica e se contrapõe a outras formas de trabalho que ainda que mantidas com maior proteção, são também *lançadas de algum modo na corda bamba* da maior insegurança social (BARBOSA e SILVA, 2020).

(WALLACE, 2020; DAVIS, 2020).

Para explicar isso, numa perspectiva crítica, pesquisadores e estudiosos alertam que a expansão vertiginosa do modo de produção capitalista – necessariamente crescente – afeta o meio ambiente e faz surgir desequilíbrios ecológicos, como os casos das pandemias de que é expressão a atual do Coronavírus, e, as epidemias da gripe aviária (1997) e do Ebola (1976). O ângulo de abordagem – largamente difundido pelos cientistas críticos, como Wallace (2020) e Davis (2020) – é de que aparecerão outras emergências desse tipo, ao longo da história, inclusive, com magnitudes mais severas, porque a extensão da destruição ambiental decorre do aprofundamento da ação desenfreada do capital por valor, nas últimas décadas. Isso quer dizer que a crise sanitária atual dá visibilidade às próprias contradições do sistema capitalista, o que nos exige uma crítica de desvelamento das relações sociais por trás do adoecimento, questionando o argumento liberal biomédico.

De acordo com Monerat (2020) as pandemias desse tipo, em geral, são iniciadas pela interação entre pessoas e animais hospedeiros do vírus. O avanço da sociedade sobre à vida selvagem, desmatando áreas de vegetação originárias para a urbanização e para a economia capitalista de outros variados tipos – com destaque para a agropecuária industrial e para o extrativismo predatório – corrompe o ecossistema. Esse ímpeto expansionista imanente do capital, abrindo novas fronteiras para o valor, degrada a natureza e a relação dos seres humanos com ela. O contexto da mundialização capitalista é outro dispositivo dessa tendência de aumento das pandemias, pois amplia a interconexão e mobilidade acelerada de mercadorias e pessoas, que favorece a disseminação e mutação de vírus, e, também, as condutas sanitárias incipientes e o deslocamento generalizado das pessoas e das mercadorias. De fato, a ampla circulação comercial e o transporte de mercadorias do campo para as cidades são veículos potentes de condução de vírus para novo *habitat* (COLETIVO CVM, 2020). Desse modo, a pandemia mostra o próprio efeito da exploração do capital, que em sua reprodução ampliada manifesta seu caráter destrutivo, lesando a natureza e a vida humana.

Expressão, inclusive, dos entraves imanentes ao capitalismo para reverter os problemas dos desmatamentos e do aquecimento global, na medida em que ainda está sem acordo consequente a reversão do quadro de pilhagem do ecossistema, mesmo que desde 1992 tenha sido reconhecido oficialmente como um problema planetário na Conferência Rio-92 e, também, os seus agravos, na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-21) em 2015 (MONERAT, 2020).

Nesse sentido, o novo coronavírus é mais uma decorrência do expansionismo

capitalista para territórios que limitavam o seu avanço. A crise ambiental, reconhecida desde os anos 1990, provoca a crise sanitária, e, portanto, não é fruto da diminuição dos recursos naturais que isoladamente provocaria a liberação de patógenos, porque se assim pensássemos seria lidar com *pseudoconcretidades*. Os fundamentos desse quadro, que encurralou a humanidade na crise sanitária e ambiental, como estamos abordando aqui, brota da crise estrutural, nos termos de Mészáros (2012).

A percepção de Wallace (2020) é certa quando nos mostra que a expansão do valor é profundamente desastrosa sobre os ecossistemas, pois avança sobre ambientes florestais e terras de pequenos agricultores, provocando a extração de vegetação e exploração intensiva local de recursos naturais, favorecendo a conformação de doenças, por liberação de patógenos antes ambientalmente protegidos. Ou seja, o movimento do capital é devastador, externalizando para a sociedade os custos ambientais e sociais das operações, com repercussões epidemiológicas agressivas sobre a vida humana e a natureza.

Por isso, a tendência das abordagens liberais sobre a crise é marcadamente a-histórica, desconsiderando as determinações das relações sociais, movimento essencial para elucidar o relacionamento da sociedade humana com a produção material e o meio ambiente. Em sentido contrário aos aportes liberais, o encontro da legalidade das coisas nos leva à crítica sobre os limites e *contradições internas* do capitalismo e, portanto, a crise como decorrência da lógica expansiva do valor, o que nos conduz à crítica ao trabalho capitalista, isto é, trabalho produtor de mercadorias, em que as coisas são convertidas em elementos da valorização do valor (MARX, 2005; GRESPLAN, 2012). Isso significa que unidade contraditória de valor de uso e valor, que marca a produção material na sociedade capitalista e que se desdobra em unidade contraditória de capital e trabalho, se expressa também na contradição capital e natureza, resultando em condicionamentos negativos ao ecossistema.

As próprias soluções do capital para essas crises são parte da reprodução ampliada de valor, por isso, são incapazes de reverter o quadro negativo, mas deslocam as contradições que agridem a natureza e a vida humana para novo patamar. Uma manifestação disso são as medidas de restrição da circulação de pessoas e mercadorias para conter a disseminação da doença, que fez despencar as cadeias globais de valor, com desabastecimento generalizado, sobretudo no primeiro ano e, em especial, por conta das ações de quarentena na China e da proeminência da economia chinesa nas últimas décadas. Essa conexão das economias pode ser evidenciada como um ponto chave da mundialização capitalista, no estágio dos últimos quarenta anos, com a desregulamentação

dos mercados. O desabastecimento de produtos durante a pandemia demonstrou a dependência mundial em relação às fábricas asiáticas, confirmando a baixa autonomia das economias nacionais, inclusive, para produtos de baixa complexidade como máscaras e equipamentos de proteção individual. A fuga de capitais para fábricas na Ásia, a partir dos anos de 1990, por conta de trabalhos baratos, com efeito, se expressou nesse quadro de dependência das mercadorias asiáticas.

A recessão econômica de proporções globais dos 12 anos da crise *subprime* de 2008 era uma realidade concreta e a referida pandemia potencializou os entraves, pois houve um choque de oferta com a quarentena, sobretudo no ano de 2020, no período anterior a vacinação contra o vírus. E, de fato, o mundo ainda não tinha retomado a recuperação do episódio da crise de 2008 como mostram os dados de Chesnais (2020). Em verdade, a situação é mais dramática, pois o crescimento desacelerou paulatinamente nos anos de 1970, mas somente em 2008 ele foi efetivamente interrompido, provocando a contenção econômica (ROBERTS, 2021).

Essa perspectiva de análise possibilita o desvio do viés ideológico predominante das narrativas liberais, que redundam a crise econômica da crise sanitária, tomando a pandemia como um limite externo aleatório. O movimento de financeirização e a dívida nos EUA, por exemplo, são expressões mais claras das dificuldades sistêmicas que vêm se avolumando, na medida em que o Estado assumiu uma dívida pública astronômica para evitar, em 2008, o colapso da economia global em decorrência de inadimplência corporativa, adiando provisoriamente esses limites da acumulação. De acordo com o FMI, o crescimento global já era descendente e em 2019 assumira taxas mais baixas que na recessão de 2008, e esse movimento atingia as diferentes regiões mundiais, incluindo a América Latina bastante sacrificada com a diminuição da demanda por *commodities* e a queda de seus preços (ROUBICEK, 2022; ROBERTS, 2021).

A ausência de uma compreensão crítica desse quadro pode levar a um entendimento instrumental do que experienciamos nesses anos, pois os fundamentos do *aumento da produtividade* no capitalismo são determinantes para que a escala da produção sobre regiões corrompa a natureza, desatando comportamentos furtivos e descontrolados dos seres patogênicos, além de outras consequências da agressão ambiental de que é exemplo também o aquecimento global.

### **3- O ESTADO CAPITALISTA E O CONTEXTO SANITÁRIO PANDÊMICO**

Se a pandemia nos trouxe mais uma amostra do capital em sua dinâmica cega por valorização, deixando à deriva a vida humana, mostrou-nos ainda o agenciamento político para lidar com a mesma, de modo que caberia pensar sobre o que o Estado capitalista fez nesse contexto.

Para alguns analistas por conta do chamado à maior ação social do Estado na pandemia poder-se-ia considerar esse movimento político como um golpe ao neoliberalismo, com o relativo deslocamento do repertório para os aparelhos de Estado, notadamente aqueles da saúde. Em sentido contrário, compreendemos que a agenda de mercadorização foi reproduzida nessa emergência sanitária, no tradicional estilo da função estatal: criar as condições da produção e reprodução ampliada de capital.

De um lado, percebemos que por suas próprias dimensões, a pandemia tem sido gerida pelos Estados nacionais de acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). A agência multilateral, que abarca relevantes iniciativas epidemiológicas lida contraditoriamente com as exigências capitalistas e nesse processo recebe influências dos interesses privados como na mediação da *Aliança Global para Vacinas e Imunizações*, que é uma *parceria público-privada* criada para as imunizações, ou mesmo o *ACT (Access to Covid Tools Accelerator)* que tem protagonismo importante para o combate à pandemia. No entanto, a estratégia parceria público-privada resulta em crescente mercadorização da saúde, sendo uma “alternativa” que desloca e repõe as contradições na medida em que visa primordialmente superar a baixa mobilidade das mercadorias, portanto quebrar as barreiras à valorização provocadas pelo congelamento do livre fluxo mundial. Por isso, os Estados deslocaram recursos para o amparo governamental à dinâmica socioeconômica, visando assim superar os entraves da pandemia. Um movimento que nos leva a ver o Estado capitalista em ação, para reverter os obstáculos à acumulação e promover chances de negócios para o capital, nos termos de Mandel (1982).

Como nos ensinou Davis (2020), na Peste Negra (século XIV), as grandes empresas e o Estado também foram fortalecidos, o que vemos como um movimento duplicado na pandemia do coronavírus. De partida, as grandes corporações tiram proveito das “janelas de oportunidades” para ampliar o poder econômico, como é a situação do complexo médico-farmacêutico, de grandes supermercados e das *Big* de varejo *on line*. São conhecidas da experiência prática e dos indicadores cotejados em outros estudos o avanço rentável das

corporações financeiras com as transações remotas, assim como das plataformas de entretenimento e interação social *on line* dominadas pelas *Big Tech*, com repercussão sobre o trabalho remoto que foi expandido nesse contexto pandêmico, nas áreas de serviços e de circulação (ANTUNES, 2021; BARBOSA, 2021).

De modo que o que serviu para tocar a vida diária, no contexto pandêmico decorria da própria agenda do capital, especialmente do grande capital por conta de sua capacidade em superar efeitos das crises, inclusive as sanitárias: concentrando mais capital em poucas mãos e extirpando empregos regulados. Situação em que o Estado tem papel especial, inclusive para que a pandemia se apresente também como espaço para o capital crescer e como uma chance para naturalizar o desemprego e a desregulamentação do trabalho. Ela, de nociva à vida humana e à circulação de capitais, se transforma em oportunidade, por conta da sobredeterminação da lógica expansiva do valor. Isso se dá no esforço sanitário de combate à Covid19, incluindo as pesquisas de vacinas e medicamentos, como também na liberação de recursos econômicos e financeiros destinados a amortecer os efeitos da pandemia (GRANEMANN, 2021; SALVADOR, 2020). Sem perder de vista, evidentemente, que a mercadorização da saúde e a financeirização da crise sanitária repõem a agenda de remediação das crises pelo capital, que envolve deslocar as contradições sistêmicas imanentes à produção do mais-valor, para patamares mais profundos.

De outro ângulo, as consequências da pandemia reforçam a adoção de uma receita comum de endividamento que não subverte a trajetória descendente da economia que já se tinha como herança. A agenda da dívida pública se amplia e conseqüentemente os grilhões do endividamento, drenando recursos para o capital financeiro (CHESNAIS, 2020; GRANEMANN, 2021). Esse mecanismo proporciona a socialização dos custos da pandemia pelo capital, responsabilizando o conjunto da sociedade, o que penaliza os trabalhadores com desemprego, rebaixamento da renda e outros níveis de exploração.

A fragilização das políticas sociais pelo neoliberalismo não é um dado secundário nesse contexto, pois os aparelhos de saúde estavam depreciados para lidar com o quadro sanitário, em decorrência dos efeitos da austeridade fiscal sobre as políticas públicas e os aparelhos governamentais ao longo dos últimos quarenta anos. Daí ter sido possível ver introdutoriamente as limitações das condutas de alguns Estados para atender aos protocolos epidemiológicos de combate apresentados pela OMS e a conseqüente disseminação do vírus e da mortalidade. É o que nos foi possível ver com a Itália, os EUA, o Brasil, a Espanha e a Índia, que apresentaram picos importantes de adoecimento e mortalidade ao longo desses mais de dois anos. Com especial representação dos EUA com

980 mil norte-americanos mortos, o Brasil com 670 mil brasileiros e a Índia com 521 mil<sup>3</sup>. Os sucessivos cortes financeiros para a saúde pública nas últimas duas décadas levaram a um cenário de caos no atendimento às vítimas da Covid-19, da qual foram exemplo alarmante a Itália, os EUA e o Brasil. Os cortes significativos de investimentos nas políticas consolidadas de saúde e redução do número de hospitais, leitos, profissionais da saúde, assim como a falta de equipamento de proteção individual, agravaram significativamente a crise sanitária, deixando o mundo em alerta para disseminação da doença e a necessidade de empregar formas para contê-la<sup>4</sup>.

O descontrole impulsionou a ampliação da infecção e as mutações do vírus, pois à medida que ele circula entre as pessoas, vão surgindo novas variantes que podem ser mais potentes e infectar pessoas de variados grupos etários e sociais, com maior agressividade sobre indivíduos que apresentam comorbidades e sobre os trabalhadores mais empobrecidos. De modo que o empenho dos cientistas sobre os imunizantes foi importante para conter a disseminação do vírus, mas, contraditoriamente, envolveu a estratégia liberal das parcerias público-privadas. Em dezembro de 2020 teve início a vacinação no mundo com oito vacinas diferentes, mesmo que sem atingir todos os países e suas populações. E isso se deve ao fato de a produção de vacinas ter se concentrado em algumas corporações farmacêuticas transnacionais que não apresentaram produção suficiente para a demanda mundial de vacinas, mas garantiram o mercado fechado por terem domínio das patentes. Assim, o complexo industrial-farmacêutico manteve sua influência nos sistemas de saúde, mesmo na emergência sanitária e teve amparo do Estado para barrar a quebra de patente dos imunizantes das corporações farmacêuticas.

Por isso, uma crise sanitária desse porte mostra como é decisiva a atuação política dos trabalhadores em movimentos para reverter estas não-prioridades e para rever as condições da conectividade mundial, pois a *globalização* fica inviável sem um projeto de

---

3 A China ainda que tenha apresentado novos focos de contaminação, recentemente, na ocasião do estágio mais alto da pandemia (2020/2021) conseguiu conter a pandemia em pouco mais de dois meses de quarentena implantando um rígido controle socio-sanitário em Wuhan, debelando o efeito irradiador que rapidamente promoveu a reabertura da cidade, enquanto o resto do mundo estava reticente em promover o fechamento dos circuitos. Dados atestam que dessa parte da Ásia morreram 4.600 chineses.

4 Como se sabe, os serviços de saúde foram sucateados pela normativa neoliberal, de modo que na pandemia as internações e as exigências de acomodações em UTI (Unidade de Terapia Intensiva) foram o ponto de estrangulamento, pelas exigências dos quadros mais graves da doença. Por isso, as medidas preventivas eram chaves na terapêutica pandêmica, enquanto o imunizante não foi elaborado e aprovado. Além disso, a baixa testagem para os casos suspeitos também foram uma marca na maioria das regiões mundiais, por conta, inclusive, da falta de kits para teste. Aliás, por isso mesmo a subnotificação dificultou a contagem real do número de infectados pelo vírus decorrente de condições materiais e também de políticas públicas desastrosas (BAHIA, 2021).

infraestrutura de saúde pública internacional. A preponderância do expansionismo do valor tornou o complexo farmacêutico norteador do enfrentamento da pandemia, na perspectiva do lucro, e os Estados e as agências internacionais confirmaram o papel que desempenham ao viabilizarem *as condições gerais da produção*, nos termos de Mandel (1982) e Mészáros (2012; 2021). Para reverter esse quadro, frente a possibilidades de outros eventos do porte, mostra-se como necessária a quebra do poder da indústria farmacêutica e dos cuidados da saúde com fins lucrativos, o que implica defender a propriedade social. Na direção desses conglomerados permanece a lentidão da reversão do quadro ou a incapacidade mesmo, como expõe a situação da África, por exemplo, que amarga a taxa de 11% da população vacinada, por não conseguir comprar vacinas. A América Latina tem 70% de sua população vacinada, o Brasil tem 75,6%, os EUA têm 66,1% da população e a Europa central tem 80%, aproximando-se da China com 87,6% (OMS, 2022).

## **5- CONCLUSÃO**

O texto visou tratar da percepção crítica da pandemia no contexto das adversidades ao sociometabolismo do capital, após 1970, sinalizando que elas não podem ser superadas, em condições sustentáveis para a vida humana e a natureza, pois as relações sociais no capitalismo estruturam-se para valorização do valor e atingiram nessa quadra histórica graves limites, como mencionado antes (MÉSZÁROS, 2012; CHESNAIS, 2020; ANTUNES, 2022).

Isso tudo porque a reprodução ampliada do capital redundava em formas peculiares de relação do homem com a natureza, porque altera a biodiversidade, onde vivem variados seres com controles sinérgicos de sobrevivência. O capital avança sobre esse obstáculo imperceptível, desestruturando o *habitat* biológico, de modo que a urbanização e a industrialização das coisas liberam vírus, que por meio dos alimentos e animais provocam adoecimentos em escala. Essa compreensão pode nos levar a atravessar o repertório biológico e sublinhar que as emergências sanitárias decorrem das relações sociais dessa forma de sociedade. Isso significa tomar a lógica contraditória em que se apoia o modo de produção e reprodução do capital, reconhecendo que impõe, inclusive, o relativo irracionalismo sistêmico, posto que os danos ambientais e humanos compõem o próprio risco especulativo imanente ao valor, em favor da garantia de excedente.

Seguidamente, abordamos que a preponderância do expansionismo do valor na pandemia tornou o complexo farmacêutico norteador do enfrentamento da pandemia, na perspectiva do lucro, e os Estados e as agências internacionais confirmaram o papel que desempenham ao viabilizarem *as condições gerais da produção*.

Diante disso, percebemos que o atual cenário aponta para o aprofundamento dos processos destrutivos do capital sobre a natureza e a vida humana, de que é exemplo a pandemia da Covid-19 e nesses termos o pensamento crítico precisa ser aprofundado municiando a resistência anticapitalista, para uma forte resistência popular.

#### 4- REFERÊNCIAS:

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BAHIA, Lígia et al. A tragédia brasileira do coronavírus/covid-19: uma análise do desgoverno do governo federal, 2020-2021. Documento apresentado na CPI da Covid, Senado Federal. Brasília: Senado federal, 2021. Disponível em: [https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/05/tragedia-brasileira-covid\\_u%CC%81tima.pdf](https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/05/tragedia-brasileira-covid_u%CC%81tima.pdf)
- BARBOSA, Rosangela N.C. Trabalho e mediação digital: captura de tempo e erosão de direitos. MAURIEL, Ana Paula O. e outros (org.). *Crise, neoliberalismo e desestruturação de direitos*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- \_\_\_\_\_. *Adorável mundo digital: aspectos fundamentais da relação tecnologia e valor*. BEHRING, Elaine et al. *Políticas sociais, trabalho e conjuntura: crise e resistências*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.
- \_\_\_\_\_. e SILVA, Mossicléia M. Reforma trabalhista e tempo de trabalho: recomposição dos instrumentos legais do trabalho assalariado no Brasil. MELO, Ana Inês C. e outros (org.). *Trabalho, reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- BOTELHO, Maurilio. Epidemia econômica: Covid-19 e a crise capitalista. *Blog Boitempo*. 02 de abril São Paulo: Boitempo, 2020. Divulgado em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/02/epidemia-economica-covid-19-e-a-crise-capitalista/>
- CARCANHOLO, Marcelo. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo*. Niterói: UFF, 2011.
- CARCANHOLO, Reinaldo. A atual crise do capitalismo. *Crítica Marxista*, n. 29. São Paulo, 2009.
- CHESNAIS, F. Orígenes comunes de la crisis económica y lacrisis ecológica. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 19, n. 2, 2009.
- \_\_\_\_\_. A originalidade da crise econômica e sanitária da Covid-19. São Paulo: A Terra é Redonda. 20/11/2020. Divulgado em <https://aterraeredonda.com.br/a-originalidade-da-crise-economica-e-sanitaria-da-covid-19/>
- \_\_\_\_\_. O estado da economia mundial às vésperas da pandemia. *Carta Maior*, 14/04/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/O-estado-da-economia-mundial-as-vesperas-da-pandemia/7/47164>. Acesso:21/08/2020
- COLETIVO CVM. Contágio Social – coronavírus, China, capitalismo tardio e o ‘mundo natural’. 17 de março. A FITA. Disponível em <http://afita.com.br/outras-fitas-contagio-social-coronavirus-china-capitalismo-tardio-e-o-mundo-natural/>
- DAVIS, Mike. *A peste do capitalismo: coronavírus e a luta de classes*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada*. Rio de Janeiro: Maud, 2017.
- \_\_\_\_\_. *A teoria marxista do bonapartismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2021.
- FERNANDES, Florestan. *Os circuitos da história*. São Paulo, HUCITEC, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo. “É tudo novo”, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. *Crítica Marxista*, v.1, n.4. São Paulo: Xamã, 1997.

\_\_\_\_\_. O capitalismo e a crise ambiental. *Revista Outubro*, n. 5 São Paulo, 2015.

FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e Marxismo*, vol.5, n.8, jan/jun. Niterói: UFF/Niep, 2017.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tes/a/VqhBxrX6GWp7LhbNLPWWxYH/?format=pdf&lang=pt>

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HORN, Carlos Henrique e DONOSO, Virginia R.. O mercado de trabalho brasileiro na crise sanitária. Opinião. São Paulo: DMTem debate, 11/04/2022. Disponível em <https://www.dmttemdebate.com.br/o-mercado-de-trabalho-brasileiro-na-crise-sanitaria/>

IFI. *Relatório de acompanhamento fiscal*. Brasília: Senado Federal/Instituto Fiscal Independente, 2021. Divulgado em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/594517/RAF59\\_DEZ2021.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/594517/RAF59_DEZ2021.pdf)

KREIN, José Dari (org.). *O trabalho pós-reforma trabalhista*. São Paulo: Cesis/Unicamp, 2021. Disponível: [https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/vol1\\_a\\_reforma\\_trabalhista\\_21\\_06\\_21.pdf](https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/vol1_a_reforma_trabalhista_21_06_21.pdf)

LOLE, Ana et al. *Diálogos sobre trabalho, Serviço Social e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

MANDEL, E. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Rosa et al. *Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, volume 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro III, volume 4 e 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/EDUFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *O 18 do brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZEO, Antônio Carlos. et al. *Neofascismo, autocracia e bonapartismo no Brasil*. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2022.

MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Para além do Leviatã: crítica do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2021.

MONERAT, Júlio César Pereira. *Para a crítica da ecologização do capital*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2020.

NOGUEIRA, Kleiton W.A.S. e SANTOS, Nivalter A. dos. Pandemia no capitalismo dependente: apontamentos sobre a covid-19 no Brasil. *Revista Textos & Contextos*, v.21, n.1, jan-dez. Porto Alegre: PUC-RGS, 2022.

OXFAM. Primeiro a crise, depois a catástrofe. *Relatório Oxfam*. Brasília: Oxfam, 2022.

POCHMANN, Márcio e OLIVEIRA, Dalila Andrade. *A devastação do trabalho; a classe do labor na crise da pandemia*. Brasília: Gráfica e Editora Positiva/ Confederação Nacional dos Trabalhadores

em Educação, 2020.

POCHMANN, Márcio. *O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Sesc, 2021.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, N. 140. São Paulo: Editora Cortez, 2021.

ROBERTS, Michael. Aonde está indo a economia global? <https://thenextrecession.wordpress.com/> 19 de novembro de 2021. Traduzido por Eleutério Prado e divulgado em <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2021/11/aonde-esta-indo-a-economia-global.pdf>

ROUBICEK, Marcelo. O que faz do Brasil um dos países com pior perspectiva para 2022. *Jornal Nexo*. 19 de abril de 2022. Divulgado em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/04/19/O-que-faz-do-Brasil-um-dos-pa%C3%ADses-com-pior-perspectiva-para-2022>

[SAFATLE, Vladimir et al. \*Neoliberalismo como gestão do sofrimento\*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.](#)

SALVADOR, Evilásio. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. Porto Alegre: *Revista Textos & Contextos*, v. 19, n.2, 2020. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39326>

TAVARES, Maria Augusta. *Informalidade e precarização do trabalho: a nova trama da produção capitalista*. São Paulo: Cortez, 2021.

Tonelo, Iuri. *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.

WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Elefante, 2020.

\_\_\_\_\_ e et al. Covid-19 e os circuitos do capital. PARIS, Danilo (org). *Coronavírus e marxismo*. São Paulo: Edições Iskra, 2020.